

Legislação aplicável

Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março,
republicado pelo Decreto-Lei n.º 33/2014, de
4 de março.
Código Penal.

AVISO

Encerramento administrativo do estabelecimento de apoio social denominado "Pirâmides das Ternuras - Casa de Repouso" (Gaia)

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP, ordenou o encerramento administrativo imediato do estabelecimento de apoio social denominado "Pirâmides das Ternuras - Casa de Repouso" (Gaia), com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas;
- com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a direção e responsabilidade de "Pirâmides das Ternuras - Unipessoal Lda.", com o NISS 25145737247 e o NIF 514573724 e cuja gerente é Maria Helena Pinto Sampaio Cruz Melo, com o NISS 11290833492;
- está instalado em Rua de São Tiago, n.º 500, Oliveira do Douro, Vila Nova de Gaia.

*artigos 35.º e 36.º do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março

artigo 40.º, n.º 1, alínea b),
e n.º 3, do Decreto-Lei n.º
64/2007, de 14 de março*

Defesa dos direitos e da qualidade de vida dos utentes

O Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento através da Deliberação n.º 89/2019, de 6 de junho de 2019, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

*artigos 35.º e 36.º do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março*

Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, o/a responsável será sujeito/a a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

*artigo 348.º, alínea b), do
Código Penal*



SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.

CONSELHO DIRETIVO

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Lisboa, 6 de junho de 2019

Gabriel Bastos
Vice-Presidente do Conselho Diretivo

*artigo 40.º, n.º 3, do
Decreto-Lei n.º 64/2007,
de 14 de março
artigos 347.º e 357.º do
Código Penal*